

## Editorial

## OVO DE COLOMBO

Os serviços de segurança pública no Brasil são atribuídos, constitucionalmente, aos Estados e a seus governos. Recife é, talvez, uma das poucas cidades brasileiras que têm um secretário de Segurança Pública.

Ele esteve, recentemente, em Belo Horizonte, para falar sobre sua experiência, consolidada em 11 anos de estudos e várias viagens à Colômbia, onde observou os casos bem-sucedidos de Bogotá e Medellín.

Até as décadas de 80 e 90, essas cidades eram conhecidas no mundo pela violência social que as degradava. Pelas mãos de suas respectivas prefeituras, elas se tornaram modelos mundiais de segurança pública.

Segundo o secretário Murilo Cavalcanti, a mudança se deve à inversão de prioridades nos investimentos públicos para enfrentar a violência urbana. Os gestores públicos voltaram-se para as áreas mais carentes.

Em vez de investir na repressão, por meio do aumento dos efetivos e dos equipamentos policiais, o poder público investiu nas áreas habitadas pelos mais pobres, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

No Brasil, as cidades são divididas entre áreas ricas e pobres. O melhor das obras públicas é feito nas áreas nobres. Os pobres ficam com as piores escolas, os piores centros de saúde e os piores meios de transporte.

Isso só faz perpetuar a pobreza, a desigualdade e a violência. Para combater essa última, é chamada a polícia. Quando as prefeituras se tocam para enfrentar o problema (que não é seu), criam uma guarda municipal.

As prefeituras cuidam também da segurança de seus cidadãos quando fazem obras de infraestrutura e constroem hospitais e centros de cultura nessas áreas. Essas intervenções fortalecem a cidadania no indivíduo.

A experiência brasileira, só com polícia, UPPs e guardas municipais – está provada – não resolveu e nem resolverá o problema da segurança pública. A polícia é necessária, mas tem de ser querida, e não imposta.

## SEMPRE EDITORA LTDA

**FUNDADOR** Vittorio Medioli  
**PRESIDENTE** Laura Medioli  
**VICE-PRESIDENTE** Marina Medioli  
**DIRETOR EXECUTIVO** Heron Guimarães

**GERENTE COMERCIAL**  
Alessandra Soares

**GERENTE DE TECNOLOGIA**  
Fábio A. Santos

**GERENTE INDUSTRIAL**  
Guilherme Reis

**GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
Walmir Prado

**GERENTE DE MARKETING**  
Monique Araki

**GERENTE DE CIRCULAÇÃO**  
Isabel Santos

**EDITORA EXECUTIVA**  
Lúcia Castro

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**  
Michele Borges da Costa

**ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO**  
Murilo Rocha

**CHEFE DE REPORTAGEM**  
Renata Nunes

**EDITORES**

Opinião: Victor de Almeida  
Economia: Karlon Aredes  
Magazine: Silvana Mascagna  
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla  
Política: Ricardo Corrêa  
Esportes: Denner Taylor  
Cidades: Marina Schettini  
Primeira: Frederico Duboc  
Fotografia: Rejane Araújo

## O.PINIÃO

Duke

DILMA, A DECISÃO FINAL SOBRE SEU IMPEACHMENT SERÁ MESMO EM AGOSTO, A GOSTO DO CONGRESSO, DO SENADO, DO STF...



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

## A resistência no combate às trevas deve ser feita nos Estados

Os corpos femininos alicerçam a agenda fundamentalista

**A** cidadania das brasileiras ainda é frágil, sobretudo quanto ao direito de decidir sobre o próprio corpo. Basta olhar de relance o desmonte promovido pelo governo interino sobre os direitos da mulher, sem falar na ausência delas no primeiro escalão do governo; no rebaixamento do status de ministério da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; e, conforme a Apeoesp, a “bancada evangélica quer incluir o criacionismo e excluir religiões de matriz africana do currículo escolar”. Pura treva!

É tão público, misógino e desavergonhado que endosso as palavras de Lola: “Todos nós reclamávamos muito da Dilma, que certamente não estava fazendo o governo de esquerda que esperávamos (lembrando que uma presidente não governa sozinha; precisa, inclusive, dialogar com o Congresso mais retrógrado do Brasil desde o início dos anos 60). E só ter uma mulher no poder não fez com que o Brasil avançasse o necessário no combate à violência contra as mulheres nem na maior representatividade feminina... Vendo este início de governo Temer, já dá para dizer: nós éramos felizes e não sabíamos” (“Quero ser mulher sem temer”, 6.6.2016).

Como disse Nana Soares, “o interino mostrou que sempre pode piorar”, indicando a ex-deputada Fátima Pelaes para chefiar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, pois ela “se opõe radicalmente à descriminalização ou legalização do aborto”. Em qualquer cargo público, as posições de Fátima seriam problemáticas. Não porque ela não possa ter uma religião, mas porque declara abertamente exercer suas funções públicas em um Estado laico de acordo com seus precei-

tos religiosos. (“A possível nomeação de Fátima Pelaes é mais um baque para o movimento feminista”, 27.5.2016).

Em 1º de junho passado, ela divulgou nota na qual diz que “defende o apoio do Estado a mulheres que optarem por interromper a gravidez nos casos permitidos por lei” e que seu “posicionamento sobre a descriminalização do aborto não vai afetar o debate de qualquer questão à frente da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres”.

Nada é bem assim. Nossa história com o nascituro do ex-ministro Alexandre Padi-

**Se, no campo nacional, só há retrocessos, temos de garantir nos Estados e municípios os equipamentos necessários aos direitos sexuais e reprodutivos!**

lha é exemplar e dolorosa (MP 557, em 2012); e sabemos que, sem cuidar do aborto inseguro, combater a morte materna é miragem. Aliás, o fundamentalismo santifica a morte materna e sataniza as mulheres!

Os corpos femininos constituem o alicerce da agenda fundamentalista. Resistir às trevas é preciso! Se no campo nacional só há retrocessos no horizonte e impossibilidade de avançar, temos de garantir às mulheres onde vivem, Estados e municípios, direitos conquistados e equipamentos públicos necessários para tanto no tocante aos direitos sexuais quanto aos direitos reprodutivos!

Ouso garantir algumas trilhas que ne-

cessitam de aportes e adequações locais, das quais já dei ciência ao governador do Maranhão, onde vivo hoje, Flávio Dino.

No cenário nacional de trevas, há questões colocadas para o governo Flávio Dino no campo da saúde reprodutiva/direitos reprodutivos:

1. Tomar de excelência e divulgar bem os serviços de atenção à violência sexual;
2. Manter, melhorar e ampliar serviços de atenção ao aborto previsto em lei;
3. Implementar a atenção ao abortamento inseguro: não permitir morte materna por aborto;
4. É de pouca serventia uma Secretaria da Mulher que não se posiciona sobre o aborto como uma questão de saúde pública;
5. A atenção ao aborto previsto em lei e a atenção ao abortamento inseguro integram o respeito à cidadania feminina na agenda dos direitos humanos.

A luta continua!



DUKE